

E N T R E V I S T A

**Centro de Referência
das Lutas Políticas no Brasil
(1964-1985)
Memórias Reveladas -
Prof. Dra. Inez Stampa
por Marilda Villela Iamamoto**

A entrevista com a Prof. Dra. Inez Terezinha Stampa sobre o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas – é mais que oportuna em um número da Revista Em Pauta voltado aos movimentos e lutas sociais. Essa iniciativa do Estado brasileiro consubstanciada no Projeto Memórias Reveladas, está voltada à reunião, preservação, guarda e viabilização do acesso a acervos documentais referentes às lutas políticas ocorridas no país, no período da ditadura militar, englobando tanto as ações e movimentos de resistência como a atuação do aparato repressivo do Estado acionado sob o lema da “segurança e desenvolvimento”. Colocar esse acervo de informações históricas a serviço da pesquisa rigorosa, da reconstrução de nossa história recente, da preservação da nossa identidade e da memória coletiva é também afirmar o direito à informação e à verdade. Elucidar o passado, com olhos voltados ao futuro, construindo o novo no Brasil contemporâneo são desafios coletivos. Eles implicam, ao nosso ver, aliar a mais ampla democratização no acesso aos arquivos por parte de todos os cidadãos brasileiros à continuidade da árdua luta pela anistia ainda inconclusa. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Como já anunciava o poeta Murilo Mendes: “A memória é uma construção do futuro, mais que do passado”. (O discípulo de Emaús, p. 372).*

*A Prof. Dra. Inez Terezinha Stampa, assistente social, é assessora de coordenação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, administrado pelo Arquivo Nacional. É membro da Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas e, também, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. A entrevista foi realizada pela Prof. Dra. Marilda Villela Iamamoto, membro do Comitê Editorial da Revista *Em Pauta* e da Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas.

Em Pauta: Fale-nos sobre o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas e sua importância pública.

Prof. Dra. Inez Stampa: O *Memórias Reveladas* surgiu a partir da compreensão de que a memória é um bem público que se encontra na base do processo de construção da identidade social, política e cultural de um país. Atualmente, o direito à memória e à verdade é reconhecido como sendo parte integrante do catálogo de direitos fundamentais e, dessa forma, cabe ao Estado zelar pela preservação e compartilhamento do patrimônio documental de interesse público, o que implica, também, identificar e proteger conjuntos documentais atualmente desconhecidos. Mais de trinta anos se passaram desde a sanção da Lei da Anistia (Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979), mas prossegue, no Brasil, a busca por fontes e dados sobre a ação da ditadura militar instalada em primeiro de abril de 1964, bem como sobre a atuação dos grupos de resistência. Garantir a preservação e difusão desses acervos é condição fundamental para se ter informações reais sobre o que aconteceu. E, em particular, para o aprimoramento do processo de democratização do Estado e da sociedade, permitindo o reencontro com nossa história recente na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e solidária. Essas informações devem ser reveladas espontaneamente ou a partir de estratégias públicas de investigação e acesso. É nesse sentido, como estratégia pública, que é possível afirmar que o *Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas*, criado pelo Governo Federal, está abrindo as cortinas do passado.

O *Memórias Reveladas* começou a ser construído em fevereiro de 2005, quando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criou, por intermédio da Portaria n. 21, um grupo de trabalho com a missão de elaborar o projeto de implantação de um centro de referência destinado a “abrigar informações, documentos e arquivos” sobre o período do regime militar no Brasil. Sua institucionalização, por iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, foi feita por meio da Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009, que confiou ao Arquivo Nacional a administração do *Memórias Reveladas*. Outro elemento importante nessa estratégia ocorreu ainda em maio do mesmo ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 5228/2009, de 05 de maio, posteriormente apensado ao Projeto de Lei 219/2003, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

O *Memórias Reveladas* vem possibilitando, de forma pioneira na área arquivística brasileira, que sejam estabelecidos enlaces entre pessoas físicas, instituições e entidades públicas e privadas, integradas por intermédio de uma rede de intercâmbio de dados, informações e representações digitais de documentos de interesse para o estudo das lutas políticas e dos movimentos sociais durante o período da ditadura militar. Essa rede foi denominada “Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas” e conta atualmente com 52 entidades e instituições parceiras. Além disso, foram firmados acordos entre a União e os Estados detentores de acervos do período da ditadura militar. No Brasil, o direito à informação e à proteção de documentos é previsto na Constituição Federal de 1988. Há ainda dispositivos reguladores do acesso à informação na Lei dos Arquivos – Lei n. 8.159 – de 08 de

janeiro de 1991, que dispõe sobre arquivos públicos e privados no país. E da Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, sancionada com a conversão da Medida Provisória n. 228, de 09 de dezembro de 2004, que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, em especial no que tange aos documentos no grau de ultrassecretos.

EP: Quais os objetivos do Memórias Reveladas?

Prof. Dra. Inez Stampa: O Centro tem por objetivo geral difundir informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias são gerenciadas e colocadas à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. O *Memórias Reveladas* funciona como um polo catalisador de projetos e iniciativas de inúmeras entidades públicas e privadas existentes no país, realizando um trabalho de interlocução com as organizações que têm objetivos similares, respeitando princípios de jurisdição documental e compartilhando procedimentos e resultados. Sempre de acordo com a legislação vigente, as informações ficam disponíveis ao público pela Internet, no endereço www.memoriasreveladas.gov.br, onde é possível acessar o Portal e o Banco de Dados Memórias Reveladas, administrados pelo Arquivo Nacional e alimentados *on-line* pelos parceiros do Centro, que disseminam dados, informações e imagens dos registros documentais. Por outro lado, a ação do Centro promove o fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, transformando-as em espaços de cidadania, aptas a receberem e difundirem os documentos públicos e privados de interesse público sobre a ação repressora do Estado brasileiro nas décadas de 1960 a 1980. Além disso, promove o recenseamento de arquivos de interesse para o tema, produzidos e acumulados por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como por pessoas e entidades de direito privado, visando à sua localização, identificação, quantificação, organização, preservação e acesso. O Centro, como gestor de um sistema de informações integrado a outros sistemas, trabalha com informações, reservando a custódia física dos documentos às diferentes entidades parceiras (arquivos, bibliotecas, centros de memória, museus, universidades e pessoas físicas) que já a detêm. O sistema de informações inclui também: bancos de dados elaborados pelo próprio Centro ou pelas entidades a ele conectadas; documentos microfilmados e/ou digitalizados, de modo a permitir acesso a seu conteúdo integral via Internet. São, pois, objetivos do Centro: promover o aperfeiçoamento da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – espaço de convergência e difusão de informações a respeito da repressão política e da resistência à ditadura militar no Brasil; promover o reencontro do país com sua História recente, estimulando o debate político e a conscientização democrática; estimular pesquisas sobre o período de interesse (1964-1985) na perspectiva da história, da sociologia, do serviço social, da ciência política, do direito, da arquivologia e da ciência da informação, permitindo o acesso às fontes de informação e de conhecimento por meio de uma rede virtual de amplo espectro, como direito fundamental; valorizar a memória nacional por intermédio de exposições, da constituição de uma biblioteca virtual com títulos de interesse para estudo do período, da edição de concursos monográficos e do estímulo à produção de material didático.

Complementando e ampliando as ações mencionadas, são empreendidas, também, ações de sensibilização das agências de fomento nacionais, de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios, para a criação de linhas de financiamento de projetos de organização, microfilmagem e/ou digitalização de fundos e coleções documentais de interesse para o tema, garantindo sua preservação e disponibilidade de consulta; projetos de geração de novos registros, por meio da história oral e da produção de documentários; projetos de divulgação de acervo (exposições e material educativo) e projetos de organização de encontros, concursos monográficos e seminários. Além disso, busca-se sensibilizar empresas públicas e privadas, nesta mesma linha de ação, para que venham a patrocinar, com base nas leis de incentivos fiscais do país, projetos de interesse do Centro.

Por fim, o *Memórias Reveladas* busca incentivar o intercâmbio de dados e informações com programas congêneres, em especial na América Latina.

EP: Como se estrutura o Centro de Referência?

Prof. Dra. Inez Stampa: A *coordenação geral* é de responsabilidade do Diretor Geral do Arquivo Nacional, que é o órgão de gestão e representação do Centro. Ele conta com uma *assessoria de coordenação*, formada por uma equipe multidisciplinar que o assessoria no âmbito de sua atuação e no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades técnico-administrativas do Projeto Memórias Reveladas; uma *assessoria de informação* que atua na criação, gestão e aperfeiçoamento dos sistemas de informação relacionados ao Projeto; e uma *assessoria de conteúdo do Portal* do Centro e sua manutenção. O *Conselho Consultivo* é formado por vinte membros, indicados por órgãos governamentais, associações e entidades parceiras, com o propósito de auxiliar a gestão do Centro de Referência, acompanhando a implantação e desenvolvimento de suas ações. A *Comissão de Altos Estudos* é formada por 21 pesquisadores e especialistas de instituições de ensino e pesquisa e tem por objetivo aproximar o centro da comunidade acadêmica, promovendo a produção de artigos acadêmicos e de difusão científica, pesquisas e concursos monográficos. A *Rede de Parceiros* do Centro é constituída por instituições, entidades e pessoas físicas parceiras da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. Atualmente, conta 52 parceiros e está crescendo continuamente.

EP: Quais os principais acervos custodiados pelo Arquivo Nacional de interesse para a temática do Memórias Reveladas?

Prof. Dra. Inez Stampa: Ainda em novembro de 2005, o Decreto Presidencial 5.584, de 18 de novembro, dispôs a respeito do recolhimento, sob a coordenação Casa Civil da Presidência da República, dos documentos arquivísticos públicos que se encontravam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Foram aproximadamente 220.000 mil microfichas e 81,29 metros lineares de documentos textuais referentes ao período de 1964 a 1990. Em dezembro do mesmo ano, foram transferidos para o Arquivo Nacional os documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão de Investigações – SGI – e Serviço Nacional de informações – SNI. A partir de janeiro de 2006, também por determinação da Casa Civil, o Arquivo Nacional recolheu, dentre outros, conjuntos

documentais da Divisão de Inteligência da Polícia Federal (1960-1990), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – DSI/MRE (1964-1990); do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República GSI/PR (1956-1990), do Ministério da Justiça (1960-1990) e da Casa Civil, os Atos institucionais de 2 a 17 (1964-1990). Este acervo corresponde a 1.185.240 páginas de texto. Foi também recolhido o Cadastro Nacional (CADA), base de dados criada pelo SNI, contendo registros de 308.000 prontuários, com dados de identificação de pessoas físicas e jurídicas. Assim em pouco mais de um ano o Arquivo Nacional teve seu acervo sobre a repressão política no Brasil incrementado exponencialmente. Persiste, ainda, a busca pela identificação de novos acervos acumulados em órgãos e entidades da Administração Pública federal ainda não recolhidos ao Arquivo Nacional.

Importa registrar que em outubro de 2007, o Memórias Reveladas foi fortalecido nacionalmente, com a aprovação, no âmbito do da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) do Ministério da Cultura “PRONAC 07– 6040 – Memórias Reveladas”. Essa iniciativa permitiu a captação de recursos para apoio a atividades de preservação, organização e difusão de acervos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) de 13 estados da federação, com o apoio de empresas ligadas ao governo brasileiro: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em dezembro de 2008, foram entregues à 1ª Vara federal da Seção Judiciária do Distrito Federal 21.319 páginas de documentos do extinto SNI sobre o movimento político e revolucionário conhecido como *Guerrilha do Araguaia*. Esse atendimento decorreu de ação, movida por familiares de cidadãos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, a qual determinava que fossem entregues aos familiares todos os documentos governamentais referentes ao conflito. São documentos relativos a: *Adriano Fonseca Filho*, filho de Zely Eustáquio Fonseca; *André Graboís*, filho de Alzira Costa Reis; *Antônio Carlos Monteiro Teixeira*, filho de Luiza Monteiro Teixeira; *Antônio Guilherme Ribeiro Ribas*, filho de Walter Pinto Ribas; *Arildo Apirton Valadão*, irmão de Roberto Valadão Almokdice; *Cilon da Cunha Brum*, filho de Eloá Cunha Brum; *Daniel Ribeiro Callado*, irmão de Consueto Ferreira Calado; *Dinaelza Soares Santana Coqueiro*, filha de Antônio Pereira de Santana; *Dinalva Conceição Oliveira Teixeira*, filha de Elza Conceição Bastos; *Guilherme Gomes Lund*, filho de Júlia Gomes Lund; *Idalísio Soares Aranha Filho*, filho de Aminthas Rodrigues Pereira da Silva; *Jaime Petit da Silva*, filho de Julieta Petit da Silva; *Jana Moroni Barroso*, filha de Cyrene Moroni Barroso; *José Humberto Bronca*, filho de Ermelinda Mazzaferro Bronca; *Lúcio Petit da Silva*, filho de Julieta Petit da Silva; *Luiz René Silveira e Silva*, filho de Lulita ou Lufita Siveira e Silva; *Lui-za Augusta Garlippe*, parente de Acary Vieira de Souza Garlippe; *Maria Lucia Petit da Silva*, filha de Julieta Petit da Silva; *Maurício Graboís*, marido de Victória Lavinia Graboís Olímpio; *Miguel Pereira dos Santos*, filho de Helena Pereira dos Santos; *Paulo Roberto Pereira Marques*, filho de Maria Leonor Pereira Marques; *Rosalindo Souza*, filho de Rosalvo Cipriano de Souza; *Vandick Reidner Pereira Coqueiro*, filho de Elza Pereira Coqueiro; *Walquiria Afonso Costa*, filha de Edwin Costa. A análise de parte dos documentos do SNI demonstra que, até o momento, este é um dos

mais importantes acervos governamentais para estudo do tema Guerrilha do Araguaia. Suas 20 mil páginas registram desde a trajetória política de cada guerrilheiro, obtida por meio de depoimentos de militantes que eram presos, até documentos produzidos pelo Centro de Documentação do Exército (CIE) sobre suas operações militares. Como um dos resultados do recebimento desse acervo, uma exposição multimídia sobre a Guerrilha do Araguaia integra o Portal do *Memórias Reveladas*. A especificidade do acervo do SNI, como órgão central do Sistema de Informações do Governo Militar – SISNI – é reunir informações de diversas procedências: dos três serviços secretos das Forças Armadas (CIE – Centro de Informação do Exército; CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica; CENIMAR – Centro de Informação da Marinha), além de demais órgãos do SISNI, ou seja, das Divisões de Segurança e Informações e as Assessorias de Segurança e Informações instaladas no Executivo Federal e das principais estruturas da polícia política dos Estados. O acervo de interesse para a temática do *Memórias Reveladas* tende a crescer tendo em vista as doações e recolhimentos que ocorrem frequentemente.

EP: Até o momento, quais as mais importantes ações desenvolvidas no âmbito do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil?

Prof. Dra. Inez Stampa: Além das ações de preservação do acervo sob custódia do Arquivo Nacional, cabe destacar que atualmente estão em curso ações de tratamento e de inserção no Banco de Dados Memórias Reveladas dos registros sobre a documentação das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) nos estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. A maior parte das entidades parceiras também vem alimentando o Banco de Dados. Com o objetivo de dar conhecimento à sociedade das ações do Centro, bem como de buscar informações e acervos sobre desaparecidos políticos, foi lançada em 27 de setembro de 2009, a campanha de rádio, televisão e mídia impressa sobre o Memórias Reveladas. Produzida pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a campanha foi baseada em três curtas-metragens com depoimentos de familiares de desaparecidos políticos, dirigidos pelos cineastas Cao Hamburger, Helvécio Ratton e João Batista Andrade. Além disso, foi divulgado o número 0800 701 2441 para atendimento gratuito ao cidadão.

Nas comemorações de um ano de existência do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), em maio de 2010, ocorreu o lançamento do novo *Portal Memórias Reveladas* (www.memoriasreveladas.gov.br), principal forma de acesso a informações contidas nos documentos disponibilizados no Banco de Dados Memórias Reveladas. Houve também o lançamento da *Revista Acervo n. 21*, do Arquivo Nacional, cuja temática versa sobre os arquivos da Ditadura Militar. Como resultado da *Campanha Publicitária para obter novos documentos relativos ao período 1964-1985* foram obtidos: doações de livros e documentos escritos de Ana Maria Machado Guimarães, ex-militante política do período; a doação de mil folhas de documentos operacionais do Exército Brasileiro na Campanha da Guerrilha do Araguaia, que estavam sob a guarda da jornalista e pesquisadora Taís Morais. Foram entregues reproduções digitais feitas pelo pesquisador Grimaldo Carneiro Zachariadhes de do-

cumentos oficiais da Força Aérea incendiados nas cercanias da base aérea de Salvador, Bahia. Estes últimos documentos encontram-se sob a guarda do grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, entidade parceira do *Memórias Reveladas*. Outro acervo de interesse refere-se à cerca de 200.000 páginas de documentos produzidos e acumulados desde a década de 1970, doado por Valderi Antão Ruviano e Yara Silvia Tucunduva, além de outros acervos.

Outra atividade, que merece destaque, foi a de organização do *Seminário Nacional Arquivos da Ditadura e Democracia; a questão do acesso*, realizado no período de 11 a 13 de maio de 2010. O propósito foi discutir o acesso a documentos do regime militar no país sob a guarda de instituições públicas e privadas. Este foi um fórum privilegiado para a transferência de informações e o incentivo à padronização dos procedimentos adotados pelas entidades custodiantes.

O *Prêmio de Pesquisa: Memórias Reveladas – Edição 2010* – é um concurso de monografias com base em fontes documentais referentes ao período do regime militar no Brasil. De periodicidade bienal, foi instituído pela Portaria n. 95, de 19 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional. As inscrições da edição 2009 serão aceitas até o dia 31 de julho de 2010. Os resultados serão divulgados em novembro de 2010, durante a cerimônia de encerramento do *Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos* também promovido pelo Arquivo Nacional. O objetivo do Seminário é promover a troca de reflexões e experiências sobre questões legais e arquivísticas que envolvem o acesso à informação, compreendido como um requisito para a cidadania, e terá como foco os acesso aos arquivos produzidos ou acumulados durante o período dos regimes militares na América Latina.

Em novembro de 2010, ocorrerá, no Rio de Janeiro, a exposição *Na teia do regime militar (1964-1985)*, que apresentará, a partir de documentos dos parceiros do *Memórias Reveladas*, um quadro preciso sobre a repressão da ditadura militar no Brasil e sobre a atuação dos grupos de resistência.

Está programado, ainda, o *II Seminário Internacional: O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*, previsto para 28 de março a 01 de abril de 2011. Promovido pelo Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) visa produzir debates sobre documentos reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, bem como sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos. O evento contará com a participação de conferencistas e especialistas nacionais e internacionais, que debaterão temas de interesse para o *Memórias Reveladas*, uma vez que os arquivos dos trabalhadores reúnem documentos de grande importância para conhecimento das formas de resistência ao regime militar e para o processo de redemocratização e resgate da história recente do país.